





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

Ofício nº 234/GABINETE/2023

Itapuã do Oeste/RO, 12 de dezembro de 2023.

Ao: Poder Legislativo Municipal  
Exma. Sra. **Rose Lopes dos Santos de Oliveira**  
Presidente da Câmara Municipal.  
Itapuã do Oeste RO.

**Assunto:** Regulamenta O Direito A Férias E Décimo Terceiro Salário Aos Agentes Políticos Do Poder Executivo Municipal

Senhora Presidente,

Com cordiais cumprimentos, venho pelo presente, enviar a essa Egrégia Casa de Leis a **MENSAGEM nº 104/2023**, que Estabelece Regulamentação do Direito a Férias e Décimo Terceiro Salário Aos Agentes Políticos do Poder Executivo Municipal, Conforme Previsto No Artigo 7º, Inciso VIII E XVII da Constituição Federal, a fim de que Vossas Excelências apreciem e deliberem sobre a matéria, na qual solicitamos dessa Nobre Casa de Leis que o projeto de Lei seja apreciado, conforme segue a Mensagem e o Projeto em anexo.

Certo de podermos contar com a vossa atenção, reiteramos votos de estima e apreço.  
Atenciosamente,

**MOISES GARCIA CAVALHEIRO**  
Prefeito De Itapuã Do Oeste

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000  
Contato: (69) 3231-2330 - Site: [www.itapuadoeste.ro.gov.br](http://www.itapuadoeste.ro.gov.br) - CNPJ: 63.761.936/0001-55



Documento assinado eletronicamente por **MOISES GARCIA CAVALHEIRO, CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, em 13/12/2023 às 11:12, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.043 de 13/01/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.itapuadoeste.ro.gov.br](http://transparencia.itapuadoeste.ro.gov.br), informando o ID **260978** e o código verificador **AC1AE1AB**.

Anexos		Data	ID
Seq.	Documento		
1	Mensagem 104	13/12/2023	261279
2	Projeto 104	13/12/2023	261280







**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE  
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
GABINETE DA PRESIDENCIA**

**AUTOGRAFO Nº97/2023  
PROJETO LEI 104/2023**

**REGULAMENTA O DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO  
TERCEIRO SALÁRIO AOS AGENTES POLÍTICOS  
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CONFORME  
PREVISTO NO ARTIGO 7º, INCISO VIII E XVII DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

**A Câmara Municipal de Itapuã do Oeste, Estado Rondônia, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1º. Ficam regulamentados aos agentes públicos do Poder Executivo Municipal, Prefeito e Vice-Prefeito, os seguintes direitos:

- I - Gozo de férias anuais remuneradas de 30 (trinta dias) a cada ano, acrescidos de um terço a mais do subsídio normal;
- II décimo - terceiro salário anual, com base no valor integral do subsídio mensal, conforme disposto na lei que os fixou.

Art. 2º. Fica assegurado aos agentes políticos a que se refere o artigo anterior o direito à indenização correspondente aos períodos de férias vencidas que, em razão de necessidade da Administração Pública, não forem efetivamente gozadas durante a vigência de seu mandato.

§ 1º. A indenização correspondente às férias não gozadas compreenderá, a cada período não usufruído, o valor do subsídio acrescido de um terço.

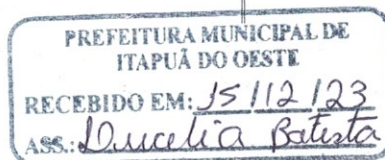
§ 2º. O pagamento da indenização acima prevista ficará condicionado ao prévio encerramento do vínculo jurídico entre o agente político e o Município, por qualquer que seja a condição, seja por conclusão do mandato eletivo sem reeleição, afastamento, exoneração e recondução a cargo efetivo municipal, estadual, federal.

§ 3º. O direito estabelecido no presente artigo se aplica, inclusive, aos agentes políticos cujos mandatos estejam vigentes na presente data e tenham sido reconduzidos ao cargo por reeleição.

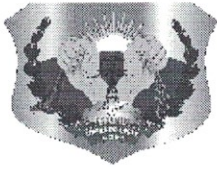
§ 4º. Em caso de recondução ao cargo de prefeito ou vice-Prefeito por reeleição, fica assegurado ao Agente Político o direito a indenização nos exatos termos de que trata esta Lei

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias previstas nas aprovadas na respectiva Lei Orçamentária do Município.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga-se as disposições em contrário.



*R. Oliveira*



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**CAMÂMRA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE**  
**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COF**

**PARECER DO RELATOR**

**PROJETO DE LEI Nº 104 /2023**

**AUTORIA: EXECUTIVA MUNICIPAL**

Parecer do relator da comissão orçamento e finanças

O relator da **COMISSAO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS**, da câmara municipal de Itapuã do oeste-RO no uso das suas atribuições legais conferida no regimento interno nessa casa de leis apresenta-se o parecer nos termos seguinte:

Trata-se de projeto de lei municipal 104/2023, de autoria do poder executivo municipal:

**“REGULAMENTA O DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO AOS AGENETES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 7º, INCISO VIII E XVII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.”**

Inicialmente, para que surte seus efeitos legais quanto ao mérito do parecer da comissão de finança e orçamento dispõe o artigo 219 inciso II, do regimento interno desta casa:

IN VERBIS:

ART.219 – As proposições serão distribuídas;

II – Quando envolver aspecto financeiro ou orçamentários públicos, a comissão de finanças e orçamentos, para o exame da compatibilidade ou adequação orçamentaria e financeiro;

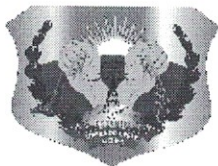
Portanto, após analisar o contesto desse projeto de leis, estando absolutamente todo adequadamente, e amparado com as técnicas necessárias, diretrizes e planilhas de orçamento regular, o relator opina a favor, podendo ser analisado e votado em plenário.

**SALA DAS COMISSÕES, 14 DE DEZEMBRO DE 2023.**

  
**ANTÔNIO COSTA SENA**

RELATOR





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE**  
**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COF**

**PARECER DO PRESIDENTE**

**PROJETO DE LEI N º 104/2023**

**AUTORIA: EXECUTIVA MUNICIPAL**

Inicialmente, faz-se necessário citar o parecer do relator. Vejamos:

O relator da **COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS**, da câmara municipal de Itapuã do oeste-RO no uso das suas atribuições legais conferida no regimento interno nessa casa de leis apresenta-se o parecer nos termos seguinte:

Trata-se de projeto de lei municipal 104/2023, de autoria do poder executivo municipal:

**“REGULAMENTA O DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO AOS AGENTES POLITICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 7º INCISO VIII E XVII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.”**

Inicialmente, para que surte seus efeitos legais quanto ao mérito do parecer da comissão de finanças e orçamento dispõe o artigo 219 inciso II, do regimento interno desta casa:

IN VERBIS:

ART.219 – As proposições serão distribuídas;

II – Quando envolver aspecto financeiro ou orçamentários públicos, a comissão de finanças e orçamentos, para o exame da compatibilidade ou adequação orçamentaria e financeiro;

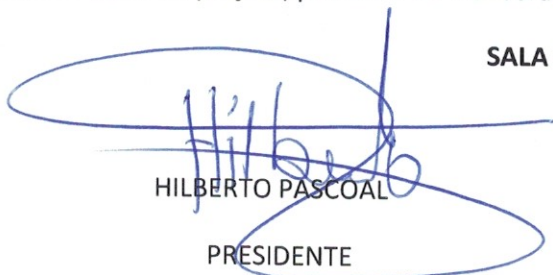
Portanto, após analisar o contexto desse projeto de leis, estando absolutamente todo adequadamente, e amparado com as técnicas necessárias, diretrizes e planilhas de orçamento regular, o relator opina a favor, podendo ser analisado e votado em plenário.

**DECISÃO E VOTO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS**

Em reunião, com os membros com a comissão de finanças e orçamentos, para fins de tratar do projeto de lei 104/2023, o presidente da comissão de finanças e orçamentos juntamente com relator e membro decide:

Somos a favor do projeto, podendo ser deliberado e votado em plenário.

**SALA DAS COMISSOES, 14 DE DEZEMBRO DE 2023.**

  
HILBERTO PASCOAL  
PRESIDENTE

  
ANTONIO COSTA SENA  
RELATOR



**PARECER DO RELATOR**

**PROJETO DE LEI Nº/2023**  
**Autoria: Executivo Municipal**

Parecer do Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

O relator da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**, da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste – RO, no uso de suas atribuições conferidas no regimento interno desta Casa de Leis, apresenta seu parecer os termos seguintes:

- Trata-se de Projeto de Lei nº /2023, de autoria do Poder Executivo, que, “REGULAMENTA O DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO AOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 7º, INCISO VIII E XVII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL”.


Inicialmente, para que não haja dúvidas quanto ao mérito do parecer da CCJR, é que a relatoria invoca o artigo 219, I do RI, cito:

Art. 219 – As proposições serão distribuídas:

I – obrigatoriamente, à CCJR para o exame da admissibilidade constitucional, juridicidade e de técnica legislativa.

Portanto, após analisar o contexto deste projeto de lei do executivo, estando absolutamente todo adequadamente, e amparado com todas as técnicas necessárias, diretrizes e planilhas de orçamento regular, esta relatoria opina a favor, podendo **este ser analisado e votado pelo plenário.**

Sala das Comissões.

  
**AILTON JOSÉ DA SILVA**  
Relator da CCJR





ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PARECER DA PRESIDENTE**

**PROJETO DE LEI Nº/2023**

**Autoria: Executivo Municipal**

Inicialmente, faz-se necessário citar o parecer do relator. Vejamos:

- “O relator da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**, da Câmara Municipal de Itapua do Oeste – RO, no uso de suas atribuições conferidas no regimento interno desta Casa de Leis, apresenta seu parecer os termos seguintes: Trata-se de Projeto de Lei nº /2023, de autoria do Poder Executivo, que, 2023 “REGULAMENTA O DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO AOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 7º, INCISO VIII E XVII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL”.

Inicialmente, para que não haja dúvidas quanto ao mérito do parecer da CCJR, é que a relatoria invoca o artigo 219, I do RI, cito: Art. 219 – As proposições serão distribuídas: I – obrigatoriamente, à CCJR para o exame da admissibilidade constitucional, juridicidade e de técnica legislativa. Portanto, após analisar o contexto deste projeto de lei, estando absolutamente todo adequadamente, e amparado com todas as técnicas necessárias, diretrizes e planilhas de orçamento regular, esta relatoria opina a favor do projeto, podendo este ser analisado e votado pelo plenário.”

**DECISÃO E VOTO DA PRESIDENTE DA CCJR**

Em reunião a CCJ, para fins de tratar deste projeto de lei do executivo nº /2023, a presidente da comissão CCJR juntamente com o relator, e membros decidem:

Somos a favor do projeto, podendo ser deliberado e votado em plenário.

Sala das Comissões.

**MINÉIA DA SILVA PEREIRA**

Presidente da CCJR

**AILTON JOSÉ DA SILVA**

Relator da CCJR

**JEFFERSON EDUARDO OLIVEIRA AZEVEDO**

Vereador/membro

Pres. Médici esq.c/Rua Reginaldo F. Borges, nº 1280 - Centro  
Caixa Postal nº. 35 - CEP 76.861-000 – Itapua do Oeste – (RO)

Fone/Fax; (0XX69) 3231 2283

e-mail: [admincamara@camaraitapuadooeste.com](mailto:admincamara@camaraitapuadooeste.com)

site: [www.camaradeitapuadooeste.ro.gov.br](http://www.camaradeitapuadooeste.ro.gov.br)





**PARECER DO RELATOR**

**PROJETO DE LEI Nº/2023**

**Autoria: Legislativo Municipal**

Parecer do Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

O relator da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**, da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste – RO, no uso de suas atribuições conferidas no regimento interno desta Casa de Leis, apresenta seu parecer os termos seguintes:

- Trata-se de Projeto de Lei nº /2023, de autoria do Poder Legislativo, que, “ESTABELECEU E REGULAMENTOU FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO AOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 7º, INCISO VIII E XVII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL”.

Inicialmente, para que não haja dúvidas quanto ao mérito do parecer da CCJR, é que a relatoria invoca o artigo 219, I do RI, cito:

Art. 219 – As proposições serão distribuídas:

I – obrigatoriamente, à CCJR para o exame da admissibilidade constitucional, juridicidade e de técnica legislativa.

Portanto, após analisar o contexto deste projeto de lei do executivo, estando absolutamente todo adequadamente, e amparado com todas as técnicas necessárias, diretrizes e planilhas de orçamento regular, esta relatoria opina a favor, podendo **este ser analisado e votado pelo plenário.**

Sala das Comissões.

  
**AILTON JOSÉ DA SILVA**  
Relator da CCJR



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PARECER DA PRESIDENTE**

**PROJETO DE LEI Nº/2023**

**Autoria: Legislativo Municipal**

Inicialmente, faz-se necessário citar o parecer do relator. Vejamos:

- “O relator da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**, da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste – RO, no uso de suas atribuições conferidas no regimento interno desta Casa de Leis, apresenta seu parecer os termos seguintes: Trata-se de Projeto de Lei nº /2023, de autoria do Poder Legislativo, que, “ESTABELECEU E REGULAMENTOU FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO AOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 7º, INCISO VIII E XVII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL”.

Inicialmente, para que não haja dúvidas quanto ao mérito do parecer da CCJR, é que a relatoria invoca o artigo 219, I do RI, cito: Art. 219 – As proposições serão distribuídas: I – obrigatoriamente, à CCJR para o exame da admissibilidade constitucional, juridicidade e de técnica legislativa. Portanto, após analisar o contexto deste projeto de lei, estando absolutamente todo adequadamente, e amparado com todas as técnicas necessárias, diretrizes e planilhas de orçamento regular, esta relatoria opina a favor do projeto, podendo **este ser analisado e votado pelo plenário.**”

**DECISÃO E VOTO DA PRESIDENTE DA CCJR**

Em reunião a CCJ, para fins de tratar deste projeto de lei do executivo nº /2023, a presidente da comissão CCJR juntamente com o relator, e membros decidem:

Somos a favor do projeto, podendo ser deliberado e votado em plenário.

Sala das Comissões.

**MINÉIA DA SILVA PEREIRA**  
Presidente da CCJR

**AILTON JOSÉ DA SILVA**  
Relator da CCJR

**JEFFERSON EDUARDO OLIVEIRA AZEVEDO**  
Vereador/membro





**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE  
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
GABINETE DA PRESIDENCIA**

---

**AUTOGRAFO Nº97/2023  
PROJETO LEI 104/2023**

**REGULAMENTA O DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO  
TERCEIRO SALÁRIO AOS AGENTES POLÍTICOS  
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CONFORME  
PREVISTO NO ARTIGO 7º, INCISO VIII E XVII DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

**A Câmara Municipal de Itapua do Oeste, Estado Rondônia, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1º. Ficam regulamentados aos agentes públicos do Poder Executivo Municipal, Prefeito e Vice-Prefeito, os seguintes direitos:

I - Gozo de férias anuais remuneradas de 30 (trinta dias) a cada ano, acrescidos de um terço a mais do subsídio normal;  
II décimo - terceiro salário anual, com base no valor integral do subsídio mensal, conforme disposto na lei que os fixou.

Art. 2º. Fica assegurado aos agentes políticos a que se refere o artigo anterior o direito à indenização correspondente aos períodos de férias vencidas que, em razão de necessidade da Administração Pública, não forem efetivamente gozadas durante a vigência de seu mandato.

§ 1º. A indenização correspondente às férias não gozadas compreenderá, a cada período não usufruído, o valor do subsídio acrescido de um terço.

§ 2º. O pagamento da indenização acima prevista ficará condicionado ao prévio encerramento do vínculo jurídico entre o agente político e o Município, por qualquer que seja a condição, seja por conclusão do mandato eletivo sem reeleição, afastamento, exoneração e recondução a cargo efetivo municipal, estadual, federal.

§ 3º. O direito estabelecido no presente artigo se aplica, inclusive, aos agentes políticos cujos mandatos estejam vigentes na presente data e tenham sido reconduzidos ao cargo por reeleição.

§ 4º. Em caso de recondução ao cargo de prefeito ou vice-Prefeito por reeleição, fica assegurado ao Agente Político o direito a indenização nos exatos termos de que trata esta Lei

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias previstas e aprovadas na respectiva Lei Orçamentaria do Município.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga-se as disposições em contrário.

Itapuã do Oeste/RO, 15 de dezembro de 2023.

**ROSE LOPES DOS SANTOS OLIVEIRA**  
**VEREADORA PRESIDENTE**





CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE  
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO

**CÉDULA DE VOTAÇÃO**

ASSUNTO: Votação do projeto de Lei 104/23

**LEITURA ( )**

**VOTAÇÃO ( )**


VEREADORES (AS)	A favor	Contra	Abst.	Ausent
Antônio Costa Sena	✓			
Ailton José da Silva	✓			
Fabio J. da Silva Ferreira Vereador Vice-Presidente	✓			
Hilberto Pascoal Pereira	✓			
Ivan Carlos T. de Oliveira	✓			
Jefferson Eduardo O. Azevedo	✓			
Lucas Santana Fiuza 2º secretário	✓			
Minéia da Silva Pereira 1º secretária	✓			
Rose Lopes dos Santos Oliveira Presidente				

SIM	08
NÃO	
Abstenções	
Ausente	

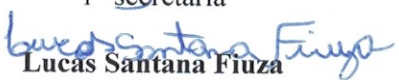
Aprovado	✓
Rejeitado	

Itapuã do Oeste – RO, 14 de dezembro de 2023.

  
**Rose L. dos Santos Oliveira**  
Vereadora Presidente

  
**Fabio J. da Silva Ferreira**  
Vereador Vice-Presidente

  
**Minéia da Silva Pereira**  
1º secretária

  
**Lucas Santana Fiuza**  
2º secretário